

A conta futura

BARBOSA LIMA SOBRINHO*

O deputado Aloízio Mercadante acredita que o país esteja vulnerável, dependente do mercado externo. No 12º Fórum Nacional, ocorrido no BNDES, mostrou a sua preocupação, inclusive com a remessa de lucros projetada, o que já foi motivo de artigo nesta coluna. Disse ele: "A remessa de lucros passou de 2,4 bilhões de dólares em 1994 para 7,1 bilhões em 1999 (praticamente triplicou). Em 94 representava 6,6% das exportações brasileiras. Em 99, 11,5%. Mantida essa faixa, o país teria que triplicar as exportações nos próximos cinco anos. As despesas só com juros da dívida externa subiram de 6,3 bilhões para 15 bilhões de dólares." E, a seguir, trata da questão institucional: "Do ponto de vista social, o país não tem sustentabilidade no desenvolvimento econômico. O nível de tensão nas cidades e no campo é crescente. O desemprego é recorde e a capacidade de resposta está comprometida com o endividamento."

Esse quadro entra em conflito com o descrito pelas fontes do atual governo e demonstra, ao menos, que não existe nenhuma preocupação com o aumento da remessa de lucros – fator básico para o equilíbrio ou não da nossa economia. Bem ao contrário, o governo se ufana da captação de investimentos diretos do exterior, como se esse fato representasse apenas vantagens para o país. A falta de critérios nessa questão chega a assustar os que assistem à ladainha traiçoeira. Parece que estamos vendendo a nossa casa apenas para pagar dívidas, sem nos preocupar quando vier um despejo ou tivermos que pagar também aluguel, numa espécie de novo servilismo ou colonialismo criado por essa onda neoliberal.

Há muitos anos eu já escrevia sobre como os japoneses procuravam tenazmente controlar esse fluxo de investimentos externos. Dizia que de 1945 a 1967, o período crítico do Japão, derrotado na guerra e ocupado por forças estrangeiras, os investimentos estrangei-

ros no país não passaram de 1 bilhão de dólares, dos quais só uma terça parte sob a forma de investimentos diretos. O Japão não fez nenhum esforço para atrair investimentos estrangeiros. A sua lei de investimentos abre margem apenas aos que sejam desejáveis para o Japão, a critério de suas autoridades. É claro que esses critérios foram bem definidos dentro da cautela indispensável à manutenção da soberania econômica de um país saído de uma grande guerra, numa ação política perseverante, extensamente descrita em meu livro *Japão, o capital se faz em casa*.

Porém não faltaram defensores da tese de que a vertiginosa expansão do poderio econômico do Japão, nessa época, foi resultante da ajuda pós-guerra norte-americana. Uma tese falsa, desmentida pelos fatos. Além de insignificante, essa ajuda foi direcionada pelos próprios japoneses, que, inclusive, prontamente, promulgaram uma lei de investimentos estrangeiros para a defesa de sua economia. E, vale repetir, num país derrotado em devastadora guerra mundial, ainda sob o choque dos horrores de duas bombas atômicas. Na verdade, a ajuda mais importante proporcionada pelos Estados Unidos talvez tenha sido a interdição do armamentismo japonês, que permitiu concentrar na expansão de sua indústria recursos imensos que antes se desviavam para os fins improdutivos da preparação guerreira.

No Brasil, muito ao contrário, não se procura disciplinar nada. Não existe qualquer plano de introdução de investimento externo, onde se pudessem ter prioridades e obstáculos para empresas que venham contribuir para nossa economia ou simplesmente para as que chegam apenas para se aproveitar e sugar valores que deveriam pertencer a brasileiros que, a muito custo, construíram um dos maiores mercados internos do mundo. O capital estrangeiro entra como quer, aproveitando-se inclusive das benesses do BNDES, com juros subsidiados e favores inconcebíveis.

Somam-se os absurdos, como a entrada livre de

bancos de outros países, sem reciprocidade, até ao ponto de se pretender a venda de farmácias e do varejo para empresas estrangeiras que nada têm para contribuir, seja em capital, seja em tecnologia, em setores em que a economia brasileira já está suficientemente atendida. E é claro que essas empresas do exterior não estão vindo ao Brasil para perder. Contando com os juros subsidiados pelo BNDES e também com os internacionais, muito mais baixos, o lucro torna-se garantido, num país que ocupa a quarta posição em atratividade para o capital internacional, atrás apenas dos Estados Unidos, da Inglaterra e China (consultoria A.T. Kearney).

Com esse volume de entrada de capital, tão louvado pelo atual presidente, o que de fato estamos preparando? Sem dúvida nenhuma, um aumento expressivo de futuras remessas de lucros, agravando significativamente o nosso Passivo Externo Líquido, projetando-se que em 2010 estaremos pagando cerca de 50 bilhões de dólares por ano, apenas em remessa de lucros.

O que pode parecer um absurdo para todos nós não chega a ser motivo de considerações mais conscientes pelo atual governo. Pode-se chegar a pensar que essa conta futura deverá ser paga por novos governantes e, por essa razão, os atuais não precisam se preocupar. Uma irresponsabilidade cruel, já que esse novo abismo que se está abrindo representará o martírio de brasileiros indefesos e que em nada contribuíram para esse desastre. E, pior, nem no governo nem na opinião pública se observa qualquer indignação ou reação contra essa conta futura que não só ameaça toda a política monetária atual, trazendo de volta a mais perversa inflação, como também jogará no lixo as idéias de uma nação realmente independente, dirigindo sua economia com sabedoria, consciência e, sobretudo, patriotismo.

*Presidente da Associação Brasileira de Imprensa